



Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

37ª Edição – Brasília, 03/12/2020

Política de imunização | Como o plano de vacinação da Covid-19 interfere na retomada econômica



Presidente Jair Bolsonaro e ministro Paulo Guedes sugerem continuidade da economia sem auxílios governamentais

Saíram hoje os resultados do PIB brasileiro no terceiro trimestre, com alta de 7,7% entre julho e setembro de 2020. Apesar de não serem suficientes para anularem a queda histórica do PIB de 10,9%, entre abril e junho (auge da crise da pandemia), os resultados sinalizam um movimento de recuperação da economia brasileira. De acordo com a equipe econômica do governo, a recuperação do PIB possibilita pensar em 2021 sem a necessidade da política de auxílio emergencial, posição que deve ser analisada com cautela. No Congresso, restam apenas mais três semanas de atividades até o final do ano legislativo, tempo relativamente curto para a votação de matérias complexas e de grande impacto para a política econômica, como no caso da Reforma Tributária e da PEC dos Gatilhos. Confira a seguir o que podemos esperar do cenário político até o final do ano.

O futuro da política econômica do governo. No início desta semana, o presidente Jair Bolsonaro fez um aceno ao mercado ao declarar que a perpetuação de alguns benefícios concedidos pelo governo durante a pandemia seriam um “caminho certo para o insucesso”. A fala do presidente convergiu com a posição da equipe econômica do governo nesta quinta-feira (3/12), após a apresentação dos resultados do PIB brasileiro do terceiro trimestre. Segundo a Secretaria de Política Econômica (SPE/ME), a recuperação econômica do país deve desarmar o escudo de políticas criadas para minimizar os efeitos da crise (como no caso do Auxílio Emergencial). No entanto, este cenário ainda inspira cautela, devido à alta taxa de desocupação e de desemprego da população, às incertezas ainda presentes sobre a política de vacinação no país e à possibilidade de novas oscilações na economia em caso de aumento de casos e de mortes provocados pela pandemia.

O plano de vacinação e a retomada da economia. Nesta terça-feira (1/12), o Ministério da Saúde divulgou o Plano Nacional de Vacinação para a Covid-19, com a divulgação de informações sobre grupos prioritários, eixos estratégicos do plano operacional e projeção de prazos. A divulgação do plano tem impacto direto sobre a expectativa da população acerca do pleno retorno das atividades econômicas e sociais, em situação de normalidade. A política de vacinação também tem relação direta com os rumos das discussões das principais matérias econômicas em aberto no Congresso, como no caso da continuidade ou não do Auxílio Emergencial, do Estado de Calamidade Pública e do Orçamento de Guerra. Talvez por isso, governo e parlamentares ainda não fecharam questão sobre as principais propostas na mesa. O plano de vacinação tem previsão de quatro



Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

37ª Edição – Brasília, 03/12/2020

fases, que devem ser implantadas entre março e junho de 2021, com previsão de atendimento de 109,5 milhões de brasileiros, de acordo com os seguintes critérios:

PLANO NACIONAL DE VACINAÇÃO PARA A COVID-19

Fase 1: idosos com mais de 75 anos ou que vivem em asilos e instituições psiquiátricas; população indígena e trabalhadores de saúde.

Fase 2: idosos entre 60 e 74 anos.

Fase 3: pessoas com comorbidades e que apresentam maior chance de agravamento da doença.

Fase 4: professores, forças de segurança e de salvamento, funcionários do sistema prisional e população carcerária.

Reformas e marcos setoriais. Com o cenário político concentrado na disputa em torno das Presidências da Câmara e do Senado, a pauta de reformas estruturantes tem tido dificuldade para tramitar nestas próximas semanas. O grupo de parlamentares liderado pelo presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, ainda tenta viabilizar o avanço da Reforma Tributária na Comissão Mista do Congresso. Apesar da grande pressão para a inclusão do tema na pauta, a Reforma Tributária conta com **ressalvas de várias entidades do setor econômico**, e deve ter muitos obstáculos para ser votada até o final do ano na Comissão Mista que discute o tema. Embora esteja em estágio mais avançado de consenso entre o Governo Federal, Governos Estaduais e Congresso Nacional, a votação da PEC dos Gatilhos dependerá do avanço da discussão sobre o Orçamento para 2021 e da própria escolha dos próximos presidentes da Câmara e do Senado. Neste cenário de incertezas, ganham **espaço na pauta alguns marcos regulatórios setoriais**, como o PL 4.199/2020 (Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem – BR do Mar) e o PLS 261/2018 (investimento privado para ferrovias).

O imbróglio nas eleições da Câmara e do Senado. Nos bastidores, o tema que mais chama a atenção nesta semana é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a possibilidade de reeleição de membros da Mesa do Congresso, que poderia definir a continuidade do senador Davi Alcolumbre e do deputado Rodrigo Maia à frente das Casas Legislativas por mais dois anos. Em um tema cerca de polêmicas, há pelo menos **dois caminhos de decisão pela Suprema Corte**: 1) o entendimento de que a reeleição de membros da Mesa das Casas Legislativas é inconstitucional; e 2) o entendimento de que a matéria deve ser definida pelo próprio Congresso Nacional. Neste caso, não haveria, em tese, a necessidade de mudança nos regimentos internos da Câmara e do Senado, uma vez que movimentações neste sentido poderiam gerar questionamentos por parte de adversários. Assim, os presidentes da Câmara e do Senado, a priori, podem registrar suas respectivas candidaturas momentos antes da eleição. Havendo questionamento, os plenários poderiam decidir o tema por maioria simples. No entanto, a pressão sobre esta decisão está bastante forte. Nesta semana, onze legendas partidárias (PP, PL, PSD, Avante, Patriota, Solidariedade, PSC, PSB, Rede, PSOL e Cidadania) assinaram uma carta ao Supremo Tribunal contra a reeleição de Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre.

Números da semana

1.254	Proposições filtradas pela OCB durante a pandemia com impacto para o setor.
359	Normativos do governo sobre Covid-19 com impacto para o cooperativismo.
56,1%	Pleitos do cooperativismo atendidos pelo governo durante a pandemia.

[Para mais números e acesso a edições anteriores, clique aqui.](#)